



Concurso Público para preenchimento de vagas da carreira de Defensor Público do Estado da Paraíba

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

S.P.Q.R.

PROVA OBJETIVA Primeira Fase

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Civil**

1. Cláudio firmou com seu filho Lucas contrato de doação por meio do qual lhe transferiria a propriedade de imóvel no dia de seu trigésimo aniversário. Em caso de conflito de leis no tempo, considerar-se-á que Lucas possui
- (A) expectativa de direito, pois o direito somente se adquire com o implemento da condição suspensiva.
 - (B) direito adquirido, por se tratar de direito a termo.
 - (C) direito adquirido, por se tratar de direito sob condição suspensiva.
 - (D) expectativa de direito, pois o direito somente se adquire com o advento do termo.
 - (E) direito adquirido, por se tratar de direito sob condição resolutiva.
2. Carlos emprestou R\$ 1.000,00 a Pedro, sócio da "Construtora Bertolai Ltda.", empresa de grande porte. O contrato foi formalizado em instrumento subscrito por duas testemunhas. Na data em que o dinheiro deveria ser devolvido, Pedro negou-se ao pagamento, afirmando insuficiência de recursos. Diante do inadimplemento, Carlos ajuizou execução de título executivo extrajudicial, contra a qual não foram opostos embargos. Na fase de indicação de bens à penhora, constatou-se somente que Pedro não possuía bens penhoráveis. Por esta razão, Carlos requereu desconsideração inversa da personalidade jurídica, a qual deverá ser
- (A) indeferida, pois a mera ausência de bens penhoráveis não autoriza o pedido.
 - (B) deferida, pois a empresa de que Pedro é sócio possui condições suficientes para pagar o débito.
 - (C) deferida apenas se provado que Pedro ostenta cargo de gerência na empresa de que é sócio.
 - (D) indeferida, pois não é possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
 - (E) deferida, pois se está diante de relação de consumo.
3. Sob premente necessidade financeira, João vende a Luís imóvel por um terço do valor de mercado. Tal negócio é
- (A) nulo, pelo vício denominado coação, não podendo ser convalidado pela vontade das partes.
 - (B) nulo, pelo vício denominado estado de perigo, não podendo ser convalidado pela vontade das partes.
 - (C) anulável, pelo vício denominado lesão, podendo ser convalidado pela vontade das partes.
 - (D) anulável, pelo vício denominado estado de perigo, podendo ser convalidado pela vontade das partes.
 - (E) anulável, pelo vício denominado lesão, não podendo ser convalidado pela vontade das partes.
4. Aos 15 anos de idade, Mateus adquiriu pacote turístico para Porto de Galinhas, declarando-se maior no ato da aquisição. Vendo-se impossibilitado de realizar o pagamento, ajuizou ação desconstitutiva, alegando incapacidade quando da celebração do negócio. Tal pretensão
- (A) tem cabimento, devendo ser deduzida no prazo decadencial de 4 anos, contados da cessação da incapacidade.
 - (B) não tem cabimento, pois não se exime da obrigação aquele que, no ato de obrigar-se, declara-se maior.
 - (C) tem cabimento, devendo ser deduzida no prazo decadencial de 4 anos, contado da celebração do negócio.
 - (D) não tem cabimento, pois a execução voluntária do negócio põe fim às ações de que dispõe o devedor.
 - (E) tem cabimento, não se sujeitando a prazo decadencial.
5. Sônia é proprietária de uma pousada. Marina, sua, vizinha, cria codornas. Segundo Sônia, o forte cheiro das codornas atrapalharia seu negócio. Por tal razão, com a intenção de afugentar as codornas, mas também imaginando que poderia entreter seus clientes, passou, com autorização do órgão ambiental, a criar corujas, as quais acabaram por dizimar as codornas. Sônia cometeu ato
- (A) ilícito, pois agiu com dolo direto de matar as codornas, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.
 - (B) lícito, pois não é obrigada a tolerar atividade danosa a seus negócios.
 - (C) lícito, pois a criação das corujas foi autorizada pelo órgão ambiental, podendo Marina, entretanto, em razão dos prejuízos que experimentou, postular indenização.
 - (D) ilícito, pois excedeu abusivamente os limites impostos pela boa-fé objetiva e pela finalidade social do negócio, podendo Marina, em razão de tal fato, postular indenização.
 - (E) imoral, porém lícito, uma vez que fundado em exercício regular do direito.
6. Durante partida de futebol, Filipe envolveu-se em uma briga e passou, abruptamente, a desferir pontapés em todos a seu redor, atingindo inclusive o árbitro, Mário, que tentava separar a contenda. Muito ferido, Mário ajuizou ação de indenização contra Filipe. Por sua vez, este fez prova de que não teve a intenção de acertar Mário. O pedido deverá ser julgado
- (A) procedente, pois Filipe agiu com culpa, devendo ser responsabilizado subjetivamente.
 - (B) improcedente, pois Filipe provou não existir um dos elementos para a responsabilização civil.
 - (C) procedente, pois Filipe agiu com culpa, devendo ser responsabilizado objetivamente.
 - (D) procedente, pois Filipe agiu em abuso do direito, devendo ser responsabilizado objetivamente.
 - (E) procedente, pois Filipe agiu em abuso do direito, devendo ser responsabilizado subjetivamente.



7. Aos 12 anos, João foi violentamente espancado por Reginaldo, vizinho de seus pais, o qual lhe desferiu golpes de vara e chicotadas, que deram causa a danos morais e estéticos. Seis anos depois, ajuizou ação compensatória contra Reginaldo. Este, por sua vez, alegou prescrição. A alegação de Reginaldo
- (A) deve ser acolhida, possuindo João ação contra seus pais ou representantes legais.
 - (B) não deve ser acolhida, pois não transcorreu o lapso prescricional.
 - (C) deve ser acolhida, não possuindo João ação contra seus pais ou representantes legais.
 - (D) não deve ser acolhida, pois as ações condenatórias são sujeitas a prazo decadencial.
 - (E) não deve ser acolhida, pois os direitos da personalidade são imprescritíveis.
8. Ângela firmou contrato com Ana Lúcia obrigando-se a entregar-lhe um vestido. Antes da tradição, porém, utilizou o vestido em uma festa e derrubou vinho sobre o tecido, causando manchas no bem. Ana Lúcia poderá
- (A) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, desde que renuncie às perdas e danos.
 - (B) postular somente o equivalente em dinheiro, desde que renuncie ao recebimento do vestido.
 - (C) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, além de postular perdas e danos.
 - (D) apenas postular perdas e danos.
 - (E) aceitar o vestido, apenas, desde que renuncie às perdas e danos.
9. Arnaldo contratou, por telefone, serviço de TV a cabo por meio do qual recebeu, em comodato, aparelho de recepção de sinal. Passado algum tempo, informou, também por telefone, que desejava realizar distrato, além de ser indenizado pelo que gastou nas despesas com o uso da coisa, consistentes em aquisição de televisor compatível com a tecnologia do aparelho de recepção de sinal. A prestadora de serviço informou que, para realização do distrato, Arnaldo deveria assinar um instrumento escrito. Além disso, recusou-se a indenizar Arnaldo e exigiu de volta o aparelho de recepção de sinal. A prestadora de serviço
- (A) tem razão quanto à forma do distrato, que deve ser feito por escrito, quanto a não indenizar Arnaldo pelas despesas com o uso da coisa e pela exigência na devolução ao aparelho.
 - (B) tem razão quanto à forma do distrato, que deve ser feito por escrito, e também quanto à exigência da devolução do aparelho, obrigando-se, contudo, a indenizar Arnaldo pelas despesas com o uso da coisa.
 - (C) não tem razão quanto à forma do distrato, que poderá ser feito por telefone, tampouco quanto a não indenizar Arnaldo pelas despesas com o uso da coisa ou quanto à exigência da devolução do aparelho.
 - (D) não tem razão quanto à forma do distrato, que poderá ser feito pelo telefone, nem quanto a não indenizar Arnaldo pelas despesas com o uso da coisa, mas está correta quanto à exigência da devolução do aparelho.
 - (E) não tem razão quanto à forma do distrato, que poderá ser feito por telefone, mas possui quanto a não indenizar Arnaldo pelas despesas com o uso da coisa e pela exigência na devolução do aparelho.
10. Fernanda viajava de ônibus operado pela PPC Transportes quando um caminhão invadiu a pista e abalroou o veículo. A batida causou danos à integridade física de Fernanda e à sua bagagem. Fernanda ajuizou ação contra a PPC Transportes, postulando compensação por danos morais, em razão dos danos físicos que experimentou, bem como indenização por danos materiais, em razão do perecimento de sua bagagem. Tal ação deverá ser julgada
- (A) procedente, devendo comprovar a existência do contrato de transporte, culpa da PPC Transportes e os danos descritos na inicial.
 - (B) improcedente, pois a culpa exclusiva de terceiro afasta o elemento culpa.
 - (C) improcedente, pois a culpa exclusiva de terceiro afasta o nexo de causalidade.
 - (D) procedente, bastando prova do contrato de transporte e dos danos descritos na inicial.
 - (E) procedente, devendo comprovar a existência do contrato de transporte e culpa da PPC Transportes, sendo presumidos os danos descritos na inicial.
11. Ronaldo doou um imóvel a Renato e resguardou para si usufruto vitalício sobre o bem. O contrato foi firmado por escritura pública e registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Passado algum tempo, Ronaldo resolveu ceder o exercício do usufruto a João, a título oneroso, enquanto Renato houve por bem vender o imóvel a Daniela. Esta venda é
- (A) possível, continuando existente o usufruto, em nome de Ronaldo, e podendo João exercê-lo, em razão da cessão operada a seu favor.
 - (B) possível, embora extinga o usufruto.
 - (C) possível, continuando existente o usufruto, em nome de João, em razão da cessão operada em seu favor.
 - (D) impossível, pois feriria o direito de João, a quem foi cedido o exercício do usufruto.
 - (E) possível, embora a adquirente deva respeitar os direitos de Ronaldo, que continuou no exercício do usufruto, uma vez que não é possível a cessão onerosa de seu exercício.
12. Silvana tem 4 filhos, Rafael, Joaquim, Manoel e Serafim. Em grave situação financeira, sem saúde para trabalhar e já não possuindo mais ascendentes, pediu que seus filhos se auxiliassem a se manter. No entanto, seus filhos se negaram, afirmando tratar-se de pessoa maior de idade e casada em segundas núpcias com Gabriel, que vive em situação semelhante à dela. Não se conformando, Silvana ajuizou ação contra o filho mais velho, Rafael, que
- (A) é obrigado a pagar alimentos a Silvana, solidariamente com Joaquim, Manoel e Serafim, os quais não poderão ser chamados a integrar a lide, mas responderão em ação de regresso caso Rafael arque com a totalidade da obrigação.
 - (B) somente será obrigado a pagar alimentos a Silvana se Joaquim, Manoel e Serafim também o fizerem.
 - (C) é obrigado a pagar alimentos a Silvana, na proporção de seus respectivos recursos, podendo chamar Joaquim, Manoel e Serafim a integrar a lide.
 - (D) não é obrigado a pagar alimentos a Silvana, pois o casamento extingue o dever de alimentar.
 - (E) é obrigado a pagar alimentos a Silvana, mesmo que seja privado do necessário a seu sustento, podendo postular perdas e danos contra Joaquim, Manoel e Serafim.



13. Analise as proposições abaixo.

- I. A sentença que declara a interdição produz efeitos apenas depois do trânsito em julgado.
- II. O Ministério Público sempre tem legitimidade para promover a interdição.
- III. Não se estabelecem limites à curatela da pessoa sem discernimento para os atos da vida civil.

A respeito da curatela, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

14. Francisco faleceu deixando R\$ 10.000,00 em dívidas no Banco Bom Pagador e R\$ 8.000,00 em bens. A partilha foi feita, em partes iguais, a seus 4 filhos. Realizada a partilha, o Banco Bom Pagador ajuizou ação de cobrança contra os filhos de Francisco, que

- (A) respondem, solidariamente, até R\$ 8.000,00.
- (B) não respondem pelas dívidas deixadas pelo pai, cuja personalidade se extinguiu com o falecimento.
- (C) respondem, individualmente, até o montante de R\$ 2.500,00 cada.
- (D) respondem, solidariamente, até R\$ 10.000,00.
- (E) respondem, individualmente, até o montante de R\$ 2.000,00 cada.

15. Romeu (locador) e Maurício (locatário) celebraram contrato de locação residencial com prazo de 30 meses, estipulando multa de 3 alugueres em caso de devolução antecipada do imóvel. Passados 6 meses, Maurício deixou de ter interesse na locação, pois a empresa na qual trabalha o transferiu para cidade muito distante. Maurício poderá devolver o imóvel,

- (A) desde que pague o valor da multa, com abatimento proporcional ao período de cumprimento do contrato, seja o empregador privado ou público.
- (B) independentemente de pagamento de multa ou de notificação, se o empregador for público, ou pagando integralmente a multa pactuada, caso se trate de empregador privado.
- (C) desde que pague integralmente o valor da multa, seja o empregador privado ou público.
- (D) independentemente de pagamento de multa, desde que notifique Romeu da transferência com, no mínimo, 30 dias de antecedência, não importando seja o empregador privado ou público.
- (E) independentemente de pagamento de multa ou de notificação, se o empregador for público, ou pagando o valor da multa, com abatimento proporcional ao período de cumprimento do contrato, caso se trate de empregador privado.

Direito Processual Civil

16. Em relação à ação, é correto afirmar:

- (A) Os elementos da ação são as partes, o pedido e a causa de pedir, servindo para identificá-la e não se confundindo com suas condições.
- (B) Se os elementos da ação forem idênticos, ter-se-á a configuração de continência ou conexão, conforme a natureza da demanda.
- (C) Se os elementos da ação forem semelhantes, ter-se-á a caracterização de litispendência ou coisa julgada.
- (D) O direito de ação em sentido estrito é incondicionado, por decorrer do direito de acesso à justiça.
- (E) As condições da ação constituem matéria de ordem pública e, assim, devem ser arguidas pela parte, não podendo ser reconhecidas de ofício pelo juiz.

17. "Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo". Este conceito é

- (A) falso, porque é preciso ser advogado para se ter a capacidade processual e para se estar em juízo.
- (B) verdadeiro e diz respeito à capacidade postulatória, a ser exercida em regra por meio de advogados que representem a parte.
- (C) verdadeiro e diz respeito à legitimação processual, conceito que se confunde com o de capacidade para estar em juízo.
- (D) falso, porque é preciso a maioria civil para se estar em juízo e poder exercer pessoalmente a capacidade postulatória nos autos.
- (E) verdadeiro e diz respeito à capacidade processual, que não se confunde com a capacidade postulatória.

18. Examine os enunciados seguintes:

- I. O litisconsórcio multitudinário poderá ser limitado pelo juiz, caso se trate de litisconsórcio facultativo e não necessário, desde que o número de litigantes seja tal que comprometa a rápida solução do litígio ou dificulte a defesa da parte adversa.
- II. Quando o litisconsórcio for necessário por força de lei, também será sempre unitário, isto é, a sentença será sempre igual para os litisconsortes.
- III. Na maioria dos casos o litisconsórcio facultativo é simples, ou seja, sua formação será opcional e a sentença poderá ser diferente para os litisconsortes, o que não ocorre com a sentença proferida no litisconsórcio unitário.

No tocante ao litisconsórcio, são corretos os enunciados

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.



<p>19. Quanto aos atos processuais, é correto afirmar:</p> <p>(A) O prazo para sua prática é contínuo, seja estabelecido pela lei ou pelo juiz, mas é interrompido nos feriados.</p> <p>(B) Pelo princípio da publicidade dos atos processuais, bem como do direito à informação, não pode haver atualmente nenhum processo que corra em segredo de justiça.</p> <p>(C) Acolheu-se entre nós o princípio da liberdade das formas, considerando-se como válidos os atos processuais que, realizados de modo diverso, lhe preenchem a finalidade essencial, salvo se dependerem de forma determinada expressamente exigida por lei.</p> <p>(D) A superveniência de férias interromperá o curso do prazo para a prática dos atos processuais.</p> <p>(E) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar prazos processuais de qualquer natureza.</p>	<p>23. Em relação aos recursos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O conhecimento de um recurso pelo órgão ao qual caiba seu julgamento implica a consequência jurídica de seu exame de mérito, para necessariamente provê-lo.</p> <p>(B) Todos os recursos são interpostos perante o mesmo órgão julgador da decisão recorrida, isto é, ao órgão jurisdicional <i>a quo</i>.</p> <p>(C) O prévio juízo de admissibilidade recursal é feito diretamente pelo órgão jurisdicional ao qual se tenha recorrido, ou seja, o órgão jurisdicional <i>ad quem</i>.</p> <p>(D) Da decisão que recebe ou não o recurso interposto cabe apelação, por seu caráter de definitividade.</p> <p>(E) Como regra geral, não se podem invocar no recurso matérias que não tenham sido arguidas e discutidas anteriormente, até a prolação da sentença.</p>
<p>20. Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Durante a suspensão do processo pelos motivos previstos em lei é defeso praticar qualquer ato processual, sem exceção.</p> <p>(B) O processo civil começa e se desenvolve por iniciativa da parte, cabendo ao juiz supervisioná-lo para que atinja o seu desfecho com a prestação jurisdicional.</p> <p>(C) A morte ou perda da capacidade processual do autor conduz à extinção do processo, enquanto a morte ou perda da capacidade processual do réu leva à suspensão do processo para habilitação dos herdeiros.</p> <p>(D) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem a anuência do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.</p> <p>(E) A ocorrência da extinção do processo por litispendência ou coisa julgada dar-se-á com resolução do mérito.</p>	<p>24. Examine os enunciados seguintes, no tocante às medidas cautelares:</p> <p>I. Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, poderá a parte repetir o pedido, pelo mesmo ou por novo fundamento.</p> <p>II. As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo de trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório, e na pendência ao processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.</p> <p>III. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.</p> <p>IV. As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal. Se interposto recurso, a medida cautelar continuará sendo requerida ao juiz competente para o conhecimento da ação principal.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III e IV, apenas.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I, II e III, apenas.</p> <p>(D) II e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>
<p>21. A resposta do réu</p> <p>(A) dada na contestação, implica a apresentação de todas as razões que possam levar ao desacolhimento do pedido inicial, em obediência ao princípio da eventualidade, além de especificar as provas que pretende produzir.</p> <p>(B) é oferecida sempre em peça única, que engloba a contestação, a reconvenção e as exceções legalmente previstas.</p> <p>(C) dada em exceção de incompetência relativa, implica a prolação de sentença, da qual caberá apelação.</p> <p>(D) é sempre meritória, ainda que diga respeito a matérias de ordem pública, salvo se arguidos pressupostos de inadmissibilidade da demanda.</p> <p>(E) deve conter na contestação todas as alegações fáticas e de direito possíveis, em nenhuma hipótese admitindo-se a dedução de novas alegações.</p>	<p>25. Quanto às execuções das obrigações de fazer e de não fazer, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Se o contratante não prestar o fato no prazo, ou se o praticar de modo incompleto ou defeituoso, poderá o credor requerer ao juiz, no prazo de 10 (dez) dias, que o autorize a concluí-lo, ou a repará-lo, por conta do contratante.</p> <p>(B) Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.</p> <p>(C) Se o fato puder ser prestado por terceiro, é lícito ao juiz, a requerimento do exequente, decidir que aquele o realize à custa do executado.</p> <p>(D) Nas obrigações de fazer, quando for convencionado que o devedor o faça pessoalmente, o juiz fixará em regra o prazo de trinta dias para seu cumprimento, podendo aumentar esse prazo de acordo com a complexidade da obra.</p> <p>(E) Se o credor quiser executar, ou mandar executar, sob sua direção e vigilância, as obras e trabalhos necessários à prestação do fato, terá preferência, em igualdade de condições de oferta, ao terceiro.</p>
<p>22. A confissão</p> <p>(A) se emanar de erro, dolo ou coação, só poderá ser revogada por meio de ação anulatória do negócio jurídico respectivo.</p> <p>(B) quando desfavorável ao confitente, pode beneficiar ou prejudicar igualmente seus litisconsortes.</p> <p>(C) só se caracteriza como tal quando espontânea, pois a provocada diz respeito ao interrogatório da parte em juízo.</p> <p>(D) não supre a exigência da apresentação de instrumento público, para comprovar a existência de negócio jurídico que o exige como de sua substância.</p> <p>(E) será sempre expressa, inexistindo confissão ficta ou tácita, em razão das graves consequências jurídicas dela advindas.</p>	

**Direito Empresarial**

26. Acerca do cheque, é correto afirmar:
- (A) Admite cláusula proibitiva do endosso, enquanto forma de transmissão cambiária.
 - (B) É válida a estipulação de juros inserida na cártula, desde que fixados em taxa que não ultrapasse 12% (doze por cento) ao ano.
 - (C) Admite aceite, como tal considerada a assinatura aposta no anverso do título, abaixo do nome do emitente.
 - (D) O sacado é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, bem como a autenticidade das assinaturas dos endossantes.
 - (E) É nulo o endosso do título ao próprio emitente.

27. Analise as seguintes proposições acerca do protesto de títulos:
- I. O protesto será registrado no 5º (quinto) dia útil subsequente à data da protocolização do título.
 - II. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.
 - III. O protesto é ato não solene.
 - IV. Antes da lavratura do protesto, o apresentante poderá retirar o título, desde que pagos os emolumentos e demais despesas.
 - V. O protesto de cheque, independentemente da sua finalidade, poderá ser lavrado sem prova da apresentação do título ao banco sacado.

Estão corretas APENAS

- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) II e V.
 - (E) III e V.
28. Sobre os contratos de seguro, é correto afirmar:
- (A) No seguro de pessoa, é vedado ao proponente contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse.
 - (B) No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não responde pelas dívidas do segurado, nem se considera herança.
 - (C) É nulo o contrato de seguro para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurado ou do beneficiário, mas será válido aquele que vise a garantir risco decorrente de ato doloso dos seus respectivos representantes.
 - (D) No seguro de pessoa, é válida a celebração de transação para pagamento reduzido do capital segurado, desde que os beneficiários sejam todos maiores e capazes.
 - (E) Durante o contrato de seguro, a diminuição do risco, em qualquer grau, impõe a redução equitativa do prêmio estipulado.

29. Dois amigos contrataram entre si sociedade limitada tendo por objeto a comercialização de produtos de limpeza. Mesmo sem jamais providenciarem a inscrição do contrato social no registro competente, deram início às atividades da sociedade, desempenhadas de forma habitual, organizada e profissional, em pequena loja localizada no centro da cidade. Nesse caso,
- (A) a sociedade não pode ser considerada empresária para nenhum fim legal.
 - (B) terceiros somente poderão comprovar a existência da sociedade por escrito.
 - (C) a responsabilidade dos sócios pelas dívidas da sociedade é limitada à integralização do capital social.
 - (D) a sociedade está sujeita à falência, mas não poderá requerer a falência de seus devedores.
 - (E) a sociedade tem personalidade jurídica própria.

30. Acerca da falência, é correto afirmar:
- (A) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandem quantia íliquida.
 - (B) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
 - (C) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
 - (D) Com a decretação da falência, o devedor perde o direito de dispor dos seus bens, mas não o de administrá-los.
 - (E) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.

Direito Penal

31. "A terrível humilhação por que passam familiares de presos ao visitarem seus parentes encarcerados consiste na obrigação de ficarem nus, de agacharem diante de espelhos e mostrarem seus órgãos genitais para agentes públicos. A maioria que sofre esses procedimentos é de mães, esposas e filhos de presos. Até mesmo idosos, crianças e bebês são submetidos ao vexame. É princípio de direito penal que a pena não ultrapasse a pessoa do condenado". (DIAS, José Carlos. "O fim das revistas vexatórias". In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 25 de julho de 2014, 1º caderno, seção Tendências e Debates, p. A-3)
- Além da ideia de dignidade humana, por esse trecho o inconformismo do autor, recentemente publicado na imprensa brasileira, sustenta-se mais diretamente também no postulado constitucional da
- (A) individualização.
 - (B) fragmentariedade.
 - (C) pessoalidade.
 - (D) presunção de inocência.
 - (E) legalidade.
32. A sentença criminal condenatória estrangeira é eficaz no direito brasileiro
- (A) inclusive para fins de reincidência.
 - (B) somente para sujeitar o agente à medida de segurança.
 - (C) somente para sujeitar o agente à reparação do dano, à restituição e outros efeitos civis.
 - (D) somente nos casos expressos de extraterritorialidade incondicionada da lei estrangeira.
 - (E) somente quando se tratar de crime executado no Brasil, cujo resultado se produziu no estrangeiro.



<p>33. Quanto à tipicidade penal, é INCORRETO afirmar que, segundo a teoria</p> <p>(A) causalista, <i>conduta</i> é um comportamento humano voluntário no mundo exterior que consiste em fazer ou não fazer alguma coisa.</p> <p>(B) social, <i>conduta</i> é a manifestação externa da vontade humana que tenha relevância social.</p> <p>(C) finalista, <i>conduta</i> é a atividade humana conscientemente dirigida a uma finalidade.</p> <p>(D) da imputação objetiva, <i>conduta</i> é a atividade que cria ou incrementa um risco que, permitido ou não, produza resultado lesivo ou expositivo ao bem jurídico tutelado.</p> <p>(E) da equivalência dos antecedentes, todos os fatores que concorrem fisicamente para a produção de um resultado criminoso naturalístico são considerados sua causa.</p>	<p>37. Dispõe o Código Penal que, no concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente. A respeito dessa disposição, instaurou-se sério debate doutrinário e jurisprudencial quanto à cumulação das multas</p> <p>(A) no concurso material homogêneo.</p> <p>(B) no concurso material heterogêneo.</p> <p>(C) no concurso formal impróprio.</p> <p>(D) na <i>aberratio ictus</i> dita de unidade simples.</p> <p>(E) na continuidade delitiva.</p>
<p>34. Decididamente disposto a matar Tício, por erro de pontaria o astuto Caio acerta-lhe de leve raspão um disparo no braço. Porém, assustado com o estrondo do estampido, e temendo acordar a vizinhança que o poderia prender, ao invés de descarregar a munição restante, Caio estrategicamente decide socorrer o cândido Tício que, levado ao hospital pelo próprio algoz, acaba logo liberado com curativo mínimo. Caio primeiramente diz, em sua autodefesa, que o tiro ocorrera por acidente, chegando arditamente a indenizar de pronto todos os prejuízos materiais e morais de Tício com o fato, mas sua trama acaba definitivamente desvendada pela límpida investigação policial que se segue. Com esses dados já indiscutíveis, mais precisamente pode-se classificar os fatos como</p> <p>(A) tentativa de homicídio.</p> <p>(B) desistência voluntária.</p> <p>(C) arrependimento eficaz.</p> <p>(D) arrependimento posterior.</p> <p>(E) <i>aberratio ictus</i>.</p>	<p>38. Mediante promessa de pagamento de cem reais, a intrometida vizinha Florisbela participa dolosamente do infanticídio executado pela jovem mãe Aldegunda que, em desespero, se encontrava então sob forte influência do estado puerperal. Sobre Florisbela, à vista do entendimento hoje dominante na doutrina, com esses dados em princípio pode-se afirmar que</p> <p>(A) responderia por homicídio doloso qualificado, caso a lei brasileira classificasse o infanticídio como modalidade privilegiada de homicídio.</p> <p>(B) responderia por homicídio privilegiado, com Aldegunda, caso a lei brasileira classificasse o infanticídio como modalidade privilegiada de homicídio.</p> <p>(C) responde por homicídio qualificado.</p> <p>(D) responde por infanticídio qualificado.</p> <p>(E) responde por infanticídio privilegiado, com Aldegunda.</p>
<p>35. Para substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos impõe-se, de acordo com o Código Penal, que</p> <p>(A) a pena originária seja de até 4 anos.</p> <p>(B) o réu seja primário em crime doloso.</p> <p>(C) a substituição seja socialmente recomendável.</p> <p>(D) o réu tenha bons antecedentes.</p> <p>(E) as circunstâncias judiciais indiquem a suficiência da substituição.</p>	<p>39. Com relação aos crimes contra a honra regulados pelo Código Penal,</p> <p>(A) constitui calúnia a imputação dolosamente falsa, formulada em desfavor de vítima já morta, de prática anterior de vias de fato contra alguém.</p> <p>(B) é admissível, na calúnia, a exceção da verdade, salvo se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível.</p> <p>(C) é admissível, na calúnia, a exceção da verdade se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi condenado por sentença irrecorrível.</p> <p>(D) há exclusão do crime quando se tratar de ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.</p> <p>(E) havendo retratação cabal na calúnia e difamação, o réu fica isento de pena.</p>
<p>36. Tratando-se de crime único, praticado sob conduta também única, e considerando o valor do salário mínimo de R\$ 724,00, a pena de multa máxima que pode ser fixada com base nos critérios da parte geral do Código Penal é de</p> <p>(A) R\$ 7.240,00.</p> <p>(B) R\$ 260.640,00.</p> <p>(C) R\$ 1.303.200,00.</p> <p>(D) R\$ 3.909.600,00.</p> <p>(E) R\$ 39.096.000,00.</p>	<p>40. Considere quatro crimes de furto distintamente praticados nas seguintes situações: a) durante o repouso noturno; b) por agente primário quanto a coisa de pequeno valor; c) em concurso de agentes; d) visando a subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para o exterior. Respectivamente, a mais exata classificação dessas situações normativas é</p> <p>(A) qualificadora; privilégio; causa de aumento; qualificadora.</p> <p>(B) causa de aumento; privilégio ou causa de diminuição; qualificadora; qualificadora.</p> <p>(C) qualificadora; privilégio ou causa de diminuição; qualificadora; qualificadora.</p> <p>(D) causa de aumento; causa de diminuição; qualificadora; causa de aumento.</p> <p>(E) qualificadora; privilégio; qualificadora; causa de aumento.</p>



41. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar:
- (A) O roubo impróprio pode, ainda que excepcionalmente, ser cometido sem violência ou grave ameaça.
 - (B) No latrocínio, incide a causa de aumento tributável ao emprego de arma.
 - (C) Classificam-se como hediondas três espécies de crimes patrimoniais distintos, duas das quais constituindo versões apenas qualificadas e a última também em sua versão simples.
 - (D) Qualifica-se a extorsão mediante sequestro, inclusive, se este durar mais de 48 horas.
 - (E) Cabe a delação premiada na extorsão.

42. Segundo a lei brasileira, tratando-se de condução de veículo automotor,
- (A) no homicídio culposo, incide causa de aumento quando o crime é praticado em faixa de pedestre, na calçada ou área de estacionamento de veículos.
 - (B) não se aplicam as disposições da Lei nº 9.099/95 ao crime de lesão corporal culposa.
 - (C) constata-se o crime de conduta sob embriaguez com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 4 decigramas.
 - (D) afastar-se do local do acidente para fugir à responsabilidade civil ou penal é uma faculdade do agente, desde que não haja vítimas fisicamente lesionadas.
 - (E) poderá haver crime de omissão de socorro ainda que a vítima tenha sofrido morte instantânea.

43. Com relação à tortura, cabe afirmar:
- (A) Genericamente trata-se de crime próprio.
 - (B) Não está tipificada distintamente a conduta cometida com finalidade puramente discriminatória.
 - (C) Na versão especificamente omissiva, trata-se de crime comum.
 - (D) Trata-se de crime insuscetível de graça, porém não de anistia.
 - (E) Pode ser aplicada a lei brasileira ao crime praticado por brasileiro no estrangeiro.

44. Em vista do direito vigente,
- (A) o crime de posse de drogas ilícitas para consumo pessoal tem prazo prescricional ordinário de dois anos.
 - (B) o crime de associação para fins de tráfico reclama a composição mínima de 3 agentes.
 - (C) no tráfico de drogas é vedada a conversão em penas restritivas de direitos, mesmo se cabível à luz dos critérios da parte geral do Código Penal.
 - (D) no tráfico de drogas com causa específica de diminuição é, em tese, viável a suspensão condicional da pena.
 - (E) a oferta gratuita de drogas não caracteriza a traficância.

45. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de arma de fogo de uso permitido, com numeração íntegra ou raspada, a chamada *abolitio criminis* temporária teve seu prazo temporal respectivamente findo em
- (A) 31 de dezembro de 2010 e 23 de junho de 2004.
 - (B) 31 de dezembro de 2010 e 23 de junho de 2005.
 - (C) 31 de dezembro de 2010 e 23 de junho de 2006.
 - (D) 31 de dezembro de 2009 e 23 de outubro de 2005.
 - (E) 31 de dezembro de 2009 e 23 de outubro de 2006.

Direito Processual Penal

46. Em relação ao inquérito policial e à ação penal, é correto afirmar:
- (A) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras tiver notícia.
 - (B) Nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, a ação penal somente pode ser intentada mediante representação do ofendido, mas a autoridade policial pode instaurar inquérito policial de ofício.
 - (C) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa, salvo quando decretado o sigilo do inquérito policial.
 - (D) O perdão concedido por um dos querelantes se estenderá aos demais.
 - (E) Não se admite renúncia tácita na ação penal de iniciativa privada.

47. No tocante à interceptação das comunicações telefônicas,
- (A) nos termos da legislação pertinente, o prazo para sua duração deve, regra geral, corresponder a no máximo 10 dias, com possibilidade de renovação por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
 - (B) não pode ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal.
 - (C) não será admitida quando o fato investigado constituir infração punida, no máximo, com pena de detenção.
 - (D) a violação do sigilo telefônico é admitida constitucionalmente, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, como meio de prova de processo de qualquer natureza.
 - (E) nos termos da legislação pertinente, o prazo para a interceptação de comunicações telefônicas deve, regra geral, corresponder a no máximo 15 dias, sem possibilidade de prorrogação.

48. Ao oferecer denúncia pela prática de homicídio duplamente qualificado, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva de João,
- (A) caso João seja primário e tenha bons antecedentes, a prisão preventiva não poderá ser decretada.
 - (B) caso o Juiz decrete a prisão preventiva, poderá depois revogá-la se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
 - (C) se João responder preso ao sumário da culpa, no caso de ele vir a ser pronunciado o Juiz não precisará fundamentar a manutenção de João na prisão.
 - (D) como se trata de crime grave, este é fundamento suficiente para a decretação da prisão.
 - (E) em razão do *in dubio pro reo*, a decisão que denegar a prisão preventiva não precisa ser motivada.



49. Em relação à prisão temporária,
- (A) poderá ser prorrogada quantas vezes forem necessárias, desde que a prisão temporária seja imprescindível para investigação da infração penal.
 - (B) o preso somente pode ser posto em liberdade mediante alvará de soltura expedido pelo juiz que decretou a prisão temporária.
 - (C) poderá ser decretada em caso de crime grave ou hediondo, para assegurar a aplicação da lei penal.
 - (D) poderá ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.
 - (E) o Juiz poderá, de ofício, determinar que o preso lhe seja apresentado.
50. Antônio, assistido por Defensor Público, foi condenado em primeiro grau pela prática do delito de roubo qualificado. Interposto e arrazoadado recurso de apelação contra esta decisão, a defesa de Antônio não foi intimada da inclusão, em pauta de julgamento, do seu recurso de apelação. Diante disso,
- (A) a intimação pessoal do Defensor Público era medida necessária.
 - (B) apenas a intimação do Ministério Público deveria ter sido pessoal.
 - (C) a falta de intimação pela imprensa do Defensor Público é causa de nulidade absoluta.
 - (D) era necessária a intimação do Defensor Público por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
 - (E) a intimação do Ministério Público poderia ter sido feita por órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
51. Em relação à sentença no processo penal,
- (A) a sentença conterá a exposição sucinta da acusação, mas detalhada da defesa.
 - (B) apenas no caso de sentença condenatória, a intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
 - (C) o assistente será intimado na pessoa de seu advogado, mas o querelante necessariamente será intimado pessoalmente da sentença condenatória.
 - (D) o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil e no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.
 - (E) apenas a defesa pode, no prazo de 2 (dois) dias, opor embargos de declaração, em razão de obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão da sentença.
52. Em relação aos processos em espécie, de acordo com o Código de Processo Penal,
- (A) na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações. Deve, porém, em momento posterior especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas.
 - (B) o procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (C) nos procedimentos comum e sumário, no caso de citação por edital, o prazo para o acusado responder à acusação começa a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
 - (D) o Juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que a denúncia é manifestamente inepta.
 - (E) a denúncia ou queixa apenas será rejeitada quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.
53. De acordo com a Lei nº 9.099/95,
- (A) não se admitirá proposta de suspensão condicional do processo se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, por outra suspensão condicional do processo.
 - (B) aceita a transação penal, caberá apelação da decisão judicial que aplicar a pena restritiva de direitos ou multa.
 - (C) no procedimento sumaríssimo, caberá recurso em sentido estrito da decisão de rejeição da denúncia ou queixa.
 - (D) em caso de infração de menor potencial ofensivo, a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no próprio Juizado Especial Criminal.
 - (E) a competência do Juizado será determinada, em regra, pelo local de residência do ofendido.
54. Em relação aos recursos no processo penal, é correto afirmar:
- (A) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.
 - (B) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu.
 - (C) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que deferir pedido de prisão preventiva.
 - (D) Convencido pelas contrarrazões da defesa, o Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto.
 - (E) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que conceder, mas não da que negar fiança.



<p>55. José, preso preventivamente pela prática do delito de tráfico de entorpecentes, impetrou <i>habeas corpus</i> em causa própria no Tribunal local. Segundo o Código de Processo Penal,</p> <p>(A) se o Tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará o mérito do pedido da impetração.</p> <p>(B) o pedido somente pode ser conhecido depois de a Defensoria Pública devidamente arrazoá-lo.</p> <p>(C) caso o <i>habeas corpus</i> seja concedido em virtude de nulidade do processo, este não pode ser renovado, em razão da proibição de <i>bis in idem</i>.</p> <p>(D) havendo empate na votação, se o presidente não tiver tomado parte na votação, proferirá voto de desempate, ou, no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.</p> <p>(E) o Ministério Público não poderia ter impetrado <i>habeas corpus</i> em favor de José.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>58. O princípio constitucional da reserva de jurisdição incide sobre os seguintes direitos fundamentais:</p> <p>(A) liberdade de consciência e de crença e liberdade de manifestação do pensamento.</p> <p>(B) inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e liberdade de manifestação do pensamento.</p> <p>(C) inviolabilidade de domicílio e inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas.</p> <p>(D) liberdade de consciência e de crença e inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.</p> <p>(E) inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e inviolabilidade de domicílio.</p>
<p>56. Segundo a Lei de Execução Penal, são órgãos da execução penal:</p> <p>(A) o Conselho da Comunidade e a direção do estabelecimento prisional.</p> <p>(B) a Defensoria Pública e o Patronato, mas não o Ministério Público.</p> <p>(C) o Juízo da Execução Penal e o Conselho Penitenciário.</p> <p>(D) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mas não o Patronato.</p> <p>(E) a direção do estabelecimento prisional e os Departamentos Penitenciários, mas não a Defensoria Pública.</p>	<p>59. A disciplina constitucional que rege o estado de sítio e o estado de defesa autoriza expressamente a imposição de restrições a determinados direitos e garantias fundamentais. Em ambos os casos (estado de sítio e estado de defesa), admite-se, segundo o texto constitucional, que sejam restringidos:</p> <p>(A) o direito à inviolabilidade do domicílio e o direito de propriedade.</p> <p>(B) o direito de reunião e o direito ao sigilo de correspondência.</p> <p>(C) o direito à inviolabilidade do domicílio e o direito ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.</p> <p>(D) o direito de reunião e o direito de propriedade.</p> <p>(E) o direito de propriedade e o direito ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.</p>
<p>57. Em relação às disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal,</p> <p>(A) em caso de crimes processados mediante ação penal de iniciativa pública, o oferecimento da ação penal é de competência privativa e exclusiva do Ministério Público.</p> <p>(B) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, o sexo e também a idade do apenado.</p> <p>(C) a defesa técnica no processo penal, como garantia exclusiva do acusado, é renunciável, desde que a renúncia seja homologada pelo juiz constitucionalmente competente.</p> <p>(D) a garantia constitucional da duração razoável do processo somente se aplica à segunda fase da persecução penal, consubstanciada na ação penal de conhecimento de natureza condenatória.</p> <p>(E) a regra, no processo penal, é a publicidade restrita, em razão do caráter infamante do processo penal.</p>	<p>60. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que as medidas provisórias</p> <p>(A) não podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, uma vez que não possuem a natureza jurídica de lei.</p> <p>(B) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais, mas não em relação aos seus aspectos materiais e aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.</p> <p>(C) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, mas não em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.</p> <p>(D) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, bem como, excepcionalmente, em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição.</p> <p>(E) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade somente depois de convertidas em lei.</p>



61. Segundo a Súmula Vinculante número 21 do Supremo Tribunal Federal, a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo é
- (A) constitucional, na medida em que também se exige o pagamento de taxas para a interposição de recursos na esfera judicial.
- (B) inconstitucional, por violar o direito de amplo acesso ao Poder Judiciário.
- (C) constitucional, ressalvados os casos que importem ônus manifestamente abusivo e desproporcional.
- (D) constitucional, vez que não impede o exercício do direito de amplo acesso ao Poder Judiciário.
- (E) inconstitucional, por violar o direito de petição e à ampla defesa.
-
62. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais que lhes são conferidos pelo artigo 58, § 3º da Constituição Federal, estão autorizadas a decretar, por ato devidamente fundamentado e em relação às pessoas por elas investigadas, a
- (A) aplicação de multas e quebra do sigilo bancário.
- (B) indisponibilidade de bens e quebra de sigilo bancário.
- (C) prisão e aplicação de multa.
- (D) quebra de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos.
- (E) indisponibilidade de bens e quebra de sigilo fiscal.
-
63. Acerca da disciplina da Defensoria Pública na Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é correto afirmar que
- (A) é inconstitucional a norma estadual que atribua à Defensoria Pública do Estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.
- (B) a vedação ao exercício, pelo Defensor Público, da advocacia fora de suas atribuições institucionais incide somente após a fixação dos subsídios aplicáveis às carreiras típicas de Estado.
- (C) é constitucional a norma estadual que imponha à Defensoria Pública do Estado a obrigatoriedade de assinatura de convênio exclusivo com a OAB ou com qualquer outra entidade para a prestação de serviço jurídico integral e gratuito aos necessitados.
- (D) é constitucional a norma estadual que estabeleça a vinculação da Defensoria Pública à Secretaria de Justiça do respectivo estado-membro.
- (E) é constitucional a norma estadual que disponha sobre a contratação temporária de advogados para o exercício da função de defensor público no âmbito da Defensoria Pública do estado-membro correspondente.
-
64. Em relação aos eventos públicos de defesa da legalização ou descriminalização do uso de drogas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são
- (A) vedados, pois configuram o crime de apologia de fato criminoso.
- (B) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de reunião e de manifestação de pensamento.
- (C) vedados, pois configuram o crime de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga.
- (D) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de manifestação de pensamento.
- (E) admitidos, uma vez que correspondem ao exercício dos direitos de associação e de resistência.
-
- Direito Administrativo**
65. A Defensoria Pública do Estado da Paraíba adquiriu equipamentos de informática por meio de licitação, na modalidade concorrência a que se refere o artigo 22 da Lei nº 8.666/93, os quais deveriam ser entregues no prazo de 30 dias após a assinatura do contrato. Transcorrido o prazo definido no ajuste para execução do objeto, a contratada não adimpliu a obrigação. Nessa situação, a Administração está autorizada a
- (A) iniciar procedimento para aplicação de multa, sanção que, pela natureza, prescinde, para sua incidência, de estar prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- (B) iniciar procedimento para rescindir unilateralmente o contrato, hipótese em que ficará impedida de aplicar multa e demais sanções previstas em lei; no entanto, permitirá que a Administração contrate diretamente o mesmo objeto, por meio de dispensa de licitação fundamentada na situação de emergência.
- (C) iniciar procedimento sancionatório para aplicação de multa, na forma prevista no contrato, o que não a impedirá de rescindir unilateralmente o ajuste e aplicar outras sanções previstas em lei.
- (D) realizar nova contratação do mesmo objeto, situação em que não há exigência de que o contrato vigente seja rescindido.
- (E) aplicar ao contratado, garantida a defesa prévia, a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 5 anos.



66. Considerando a natureza jurídica dos convênios administrativos, é correto afirmar que referidos ajustes

- (A) podem ser firmados entre pessoas administrativas, hipótese em que não há obrigatoriedade de autorização legislativa, requisito de validade exigido nos casos em que são firmados entre pessoas de direito público e entidades privadas, porquanto, nesse último caso, os interesses não são paralelos e comuns e há repasse de recursos públicos à entidade de direito privado.
- (B) são firmados entre pessoas administrativas, hipótese em que há obrigatoriedade de autorização legislativa, sob pena de nulidade de pleno direito, porquanto são instrumentos utilizados para realização de transferências voluntárias.
- (C) podem ser firmados entre pessoas administrativas, hipótese em que poderá haver necessidade de autorização legislativa, como requisito de validade do ajuste, e entre pessoas de direito público e entidades privadas, desde que, nessa última hipótese, não haja repasse de recursos públicos.
- (D) podem ser firmados entre pessoas administrativas, ou entre estas e entidades privadas, havendo, neste último caso, interesses contrapostos, razão pela qual há necessidade de autorização legislativa e, no primeiro, interesses paralelos e comuns necessários para desenvolvimento de atividades de competência comum definidas no artigo 23 da Constituição Federal.
- (E) podem ser firmados entre pessoas administrativas, ou entre estas e entidades privadas, para realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, independentemente de autorização legislativa.

67. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, traz o conceito de transferência voluntária e estabelece os requisitos para que ela se realize. A partir da definição legal, é correto afirmar que

- (A) as transferências voluntárias consubstanciam-se na entrega de recursos correntes ou de capital de um ente da federação para outro em cumprimento de expressa determinação constitucional ou legal.
- (B) a entrega de recursos de capital a outro ente da federação não é considerada, pela lei, como transferência voluntária, mesmo quando seja feita a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- (C) as transferências voluntárias são necessariamente formalizadas por meio de convênios, sob pena de nulidade de pleno direito.
- (D) a entrega de recursos correntes ou de capital de um ente da federação para outro a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira é considerada, pela lei, como transferência voluntária, desde que não decorra do cumprimento de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.
- (E) a realização de transferências voluntárias independe da existência de dotação orçamentária específica e da observância do disposto no artigo 167, X, da Constituição Federal.

Direito da Criança e do Adolescente

68. Tomando por base as disposições trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com relação à apuração de ato infracional praticado por adolescente, pode-se afirmar:
- (A) Se a autoridade policial que receber a ocorrência entender não ser caso de apreensão do adolescente em flagrante, mas ainda houver indícios de sua participação na prática de ato infracional, fará ela o encaminhamento de relatório de investigação e demais documentos ao representante do Ministério Público.
 - (B) Em caso de não liberação do adolescente acusado da prática de ato infracional, a autoridade policial o encaminhará ao representante do Ministério Público e, em não sendo possível a apresentação imediata e não houver entidade de atendimento na região a recebê-lo, o mesmo permanecerá na repartição policial em local apropriado e separado dos demais, no período máximo de uma semana.
 - (C) Em caso de flagrante por ato infracional não cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão em flagrante, não podendo substituí-lo por registro de boletim de ocorrência circunstanciado, remetendo-o à autoridade competente.
 - (D) Em caso de apreensão em flagrante envolvendo co-autoria entre adolescente e maior, mesmo onde houver repartição policial especializada para atendimento do primeiro, prevalecerá a repartição policial comum, haja vista que, nesse caso, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante delito.
 - (E) Apresentado o adolescente ao representante do Ministério Público, este procederá à sua oitiva informal, sempre que estiver acompanhado de seus pais ou responsável e, em caso de ausência destes no ato, procederá à redesignação de data.
69. É uma das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- (A) Oferecer em sua sede reforço escolar, a fim de garantir ações de complementação de contraturno escolar.
 - (B) Representar à autoridade judiciária em caso de ações de suspensão ou perda do poder familiar.
 - (C) Expedir notificações.
 - (D) Assessorar o Poder Legislativo na elaboração de leis que assegure direitos e garantias à criança e ao adolescente.
 - (E) Manter em sua sede um profissional da psicologia, a fim de garantir o atendimento psicológico às famílias.
70. A respeito da suspensão e perda do poder familiar, é correto afirmar:
- (A) Se o requerido estiver preso, poderá ser citado na pessoa de seu advogado ou por edital.
 - (B) Serão decretadas somente por autoridade policial, em procedimento verificatório, no primeiro caso, e contraditório, no segundo.
 - (C) A suspensão não pode ser determinada liminarmente ou de forma incidental, pela autoridade judiciária, mas somente após a finalização do procedimento verificatório.
 - (D) O prazo máximo para conclusão do procedimento é de 120 (cento e vinte) dias, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
 - (E) Somente a decisão judicial sobre perda, e não a suspensão do poder familiar, deverá ser averbada à margem do registro de nascimento da criança e do adolescente, independentemente do trânsito em julgado da decisão.



<p>71. São linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:</p> <p>(A) retomar práticas referentes à doutrina da situação irregular, protegendo crianças e adolescentes de sua condição de vulnerabilidade social.</p> <p>(B) realizar campanha de estímulo ao acompanhamento sob forma de guarda e adoção de crianças ou adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar.</p> <p>(C) adotar práticas higienistas, cuidando para que crianças e adolescentes não fiquem expostos a riscos, recolhendo-os da situação de rua, caso nessa condição se encontrem.</p> <p>(D) produzir cursos e organizar eventos que indiquem à opinião pública que o sistema de responsabilização do adolescente pela prática de ato infracional se coaduna com a doutrina da indiferença penal.</p> <p>(E) estimular o recrudescimento no trato com as famílias que foram incluídas em programas de transferência de renda, mas que não reverteram tal benefício em prol da educação de suas crianças e adolescentes.</p>	<p>74. Quanto aos direitos dos idosos, é correto afirmar:</p> <p>(A) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.</p> <p>(B) Lei local pode instituir desconto de 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.</p> <p>(C) A todos idosos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.</p> <p>(D) A todos idosos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.</p> <p>(E) No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para todos idosos e o desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas.</p>
<p>72. Com relação à medida socioeducativa aplicada a adolescente autor de ato infracional, é correto afirmar:</p> <p>(A) No caso de ser ela a medida de advertência, esta será sempre na modalidade verbal, sem necessidade de redução de seu teor a termo.</p> <p>(B) Não será levada em conta a gravidade da infração praticada.</p> <p>(C) Em algumas hipóteses, poderá ser determinada a imposição de trabalho forçado, se o adolescente já tiver completado dezesseis anos de idade.</p> <p>(D) A imposição do cumprimento de medida de semiliberdade se dará sempre como forma derivada de inserção em regime mais brando, não podendo o adolescente iniciar seu acompanhamento nessa modalidade.</p> <p>(E) Levar-se-á em conta, para sua aplicação, a capacidade de o adolescente cumpri-la.</p>	<p>75. O Estatuto do Idoso define o idoso como aquele com idade igual ou superior a</p> <p>(A) 60 (sessenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.</p> <p>(B) 65 (sessenta e cinco) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.</p> <p>(C) 70 (setenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.</p> <p>(D) 60 (sessenta) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.</p> <p>(E) 65 (sessenta e cinco) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.</p>
<p>Direito do Idoso</p>	
<p>73. Quanto ao direito à saúde do idoso, é correto afirmar:</p> <p>(A) Compete à União, aos Estados e aos Municípios, subsidiariamente, o fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos necessários ao idoso.</p> <p>(B) A cláusula que prevê a possibilidade de aumento de valores em razão da idade em contratos de planos de saúde é válida desde que acompanhada de estudo que comprove o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(C) O tratamento domiciliar, seja oferecido pelo SUS ou pelo plano de saúde, é garantido ao idoso como forma de prevenção e manutenção de sua saúde.</p> <p>(D) Caberá ao idoso e seus familiares decidir qual o tratamento médico que se lhe reputa mais favorável.</p> <p>(E) No caso de o estabelecimento hospitalar não manter instalações adequadas, pode-se permitir que o idoso tenha um acompanhante, preferencialmente de sua família.</p>	<p>76. Constituem obrigações das entidades de atendimento ao idoso, públicas ou privadas, todas as abaixo, EXCETO:</p> <p>(A) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso.</p> <p>(B) fornecer vestuário adequado e alimentação suficiente.</p> <p>(C) propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.</p> <p>(D) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares.</p> <p>(E) comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas.</p>



<p>77. Acerca da defesa do idoso em juízo, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) O Ministério Público tem legitimidade para atuar na defesa de qualquer direito individual previsto no Estatuto do Idoso.(B) O Ministério Público deverá atuar como <i>custus legis</i> apenas nos casos de ações que tenham por objeto direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.(C) A União, os Estados e os Municípios têm legitimidade para atuar na defesa dos direitos individuais indisponíveis do idoso.(D) A Defensoria Pública não tem legitimidade para a tutela coletiva do idoso.(E) O juiz poderá impor multa diária ao réu para garantir o cumprimento da sentença ou da decisão liminar, que será exigível assim que expirado o prazo estabelecido na decisão para o seu cumprimento, revertendo em benefício do idoso.	<p>80. Acerca da responsabilidade civil nas relações de consumo, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) A vítima de atropelamento de um ônibus comercial que transportava passageiros também é considerada como consumidora para os fins de responsabilização civil, ainda que não tenha nenhum vínculo contratual com a empresa prestadora do serviço.(B) É cabível a responsabilização do fabricante de faca pelo fato do produto em razão de o consumidor ter se cortado ao manuseá-la durante o preparo de uma refeição.(C) Como regra, por se tratar de obrigação de meio, a responsabilidade civil dos médicos, profissionais liberais que são, é subjetiva, enquanto que a dos hospitais, qualificados como fornecedores de serviços, nas mesmas circunstâncias, é objetiva.(D) O consumidor que adquire um produto com defeito pode, a seu critério, exigir imediatamente do comerciante a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.(E) O comerciante, o fabricante, o produtor e o importador respondem objetiva e solidariamente pelos danos causados ao consumidor pelo fato do produto.
<p style="text-align: center;">Direito do Consumidor</p> <p>78. De acordo com a jurisprudência do STJ sobre direito do consumidor,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) nos contratos bancários, é possível ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.(B) da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, ainda quando preexistente legítima inscrição.(C) a Defensoria Pública, na tutela coletiva dos consumidores, só tem legitimidade para atuar quando tratar de direitos individuais homogêneos.(D) não se aplica o Código de Defesa do Consumidor quando o serviço prestado pelo banco tratar de política governamental, desfigurando a relação de consumo, como no caso de financiamento estudantil.(E) as instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.	<p>81. Sobre a proteção contratual do consumidor, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) É nula a cláusula de eleição de foro, devendo o juiz decretá-la de ofício quando o consumidor ajuizar a ação no foro eleito que seja diferente do seu foro de domicílio.(B) É possível a estipulação de cláusula de opção de não renovação de contrato de seguro de vida em grupo, desde que haja idêntica previsão em benefício do consumidor, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro no contrato.(C) É possível a estipulação de cláusula de ressarcimento do fornecedor pelas despesas de envio e devolução decorrentes do arrependimento do consumidor quando a aquisição do produto dá-se fora do estabelecimento comercial.(D) No caso de reconhecimento da abusividade de uma cláusula, cabe ao juiz decretar a nulidade de todo o negócio jurídico, de modo a garantir a boa-fé nas relações de consumo.(E) A nulidade de cláusulas consideradas abusivas só pode ser decretada nos contratos de adesão, já que nos contratos nos quais as cláusulas foram discutidas pelas partes deve prevalecer a manifestação e a autonomia da vontade.
<p>79. Quanto à legislação aplicável às relações de consumo, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Pelo princípio da especialidade, a regra geral é a adoção do Código de Defesa do Consumidor – CDC, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil ou outra legislação específica apenas quando omissos o CDC e no que com ele não conflitar.(B) Pelo princípio da especialidade, nas ações coletivas que têm por objeto relações de consumo, aplica-se preferencialmente o Código de Defesa do Consumidor e, apenas em caso de omissão, subsidiariamente deve ser aplicado o Código de Processo Civil e a Lei de Ação Civil Pública.(C) No âmbito penal, configurada a relação jurídica de consumo, apenas as condutas tipificadas no Código de Defesa do Consumidor são puníveis, restando a aplicação do Código Penal apenas quanto à sua parte geral.(D) Ante o exaustivo regime contratual estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor, entende-se que não se aplicam às relações de consumo os defeitos do negócio jurídico previstos no Código Civil.(E) Pela teoria do diálogo das fontes, deve-se buscar a aplicação, tanto quanto possível, de todas as normas que tratam do tema, gerais ou especiais, de modo a garantir a tutela mais efetiva ao grupo vulnerável protegido pela lei, o que pode levar, por exemplo, à aplicação do Código Civil em detrimento do Código de Defesa do Consumidor quando o primeiro for mais favorável.	<p>82. Quanto à tutela extrajudicial das relações de consumo, individual ou coletiva, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) A convenção coletiva de consumo pode ser firmada, de um lado, pelos legitimados para a ação civil pública, e, de outro lado, pelas associações ou sindicatos de fornecedores.(B) A convenção coletiva de consumo obriga todos os fornecedores de determinada categoria ou classe, desde que sediados ou atuantes na área de atribuição territorial da associação ou sindicato signatário.(C) O termo de ajustamento de conduta, no âmbito das relações de consumo, pode ser firmado por quaisquer dos legitimados para a ação civil pública.(D) Um termo de ajustamento de conduta firmado por um dos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor não impede que outro, desde que mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado.(E) A Defensoria Pública não compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, seja em razão de sua autonomia constitucional, seja porque sua atuação nessa seara é eminentemente judicial.

**Direitos Humanos**

83. Com a promulgação da Lei nº 12.847, de 02 de agosto de 2013, o Brasil cumpriu a obrigação assumida no Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU de criar o Mecanismo Preventivo Nacional. De acordo com a citada lei e com a Lei Complementar nº 80/1994, alterada pela Lei Complementar nº 132/2009, que estabelece a prevalência e efetividade dos direitos humanos como um dos objetivos da Defensoria Pública, é correto afirmar:

- (A) Os representantes da Defensoria Pública participarão do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura na condição de convidados em caráter permanente e com direito a voz.
- (B) As Defensorias Públicas poderão integrar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que possui atribuições de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, ou de promover a defesa dos direitos e interesses dessas pessoas.
- (C) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar mecanismos preventivos de combate à tortura, em consonância com o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, com o estímulo das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura será composto por onze peritos, escolhidos pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura entre pessoas com notório conhecimento e formação de nível superior, atuação e experiência na área de prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, e nomeados pelo Presidente da República para mandato fixo de três anos, permitida uma recondução, e trabalhará de forma articulada com as Defensorias Públicas.
- (E) As visitas periódicas e regulares dos defensores públicos a pessoas privadas de liberdade, em estabelecimentos penais, locais de internação, centros de detenção, instituições socioeducativas para adolescentes e aqueles destinados à custódia ou ao acolhimento, para verificação das condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, bem como para comunicação com tais pessoas, dependerão de prévia articulação com os órgãos legais de prevenção e combate à tortura para a fixação das estratégias de atuação.

84. A respeito da dignidade humana, considere as seguintes afirmações:

- I. Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é possível identificar usos habituais da dignidade humana na fundamentação da criação jurisprudencial de novos direitos, na formatação da interpretação adequada das características de um determinado direito, na criação de limites à ação do Estado e na fundamentação do juízo de ponderação e escolha da prevalência de um direito em prejuízo de outro.
- II. Segundo o iluminista John Locke, a dignidade humana consiste que cada indivíduo é um fim em si mesmo, com autonomia para se comportar de acordo com seu arbítrio, nunca um meio ou instrumento para a consecução de resultados, não possuindo preço por ser insubstituível. Assim, o ser humano tem o direito de ser respeitado pelos demais e também deve reciprocamente respeitá-los.
- III. O imperativo categórico de São Tomás de Aquino reconhece a dignidade como qualidade inerente ao ser humano que nos separa dos demais seres e objetos, na medida em que a pessoa é uma substância individual de natureza racional e centro da criação pelo fato de ser imagem e semelhança de Deus.
- IV. A dignidade da pessoa não deve ser considerada exclusivamente como algo inerente à natureza humana, na medida em que possui também um sentido cultural fruto do trabalho de diversas gerações e da humanidade em seu todo, de modo que as dimensões natural e cultural se complementam e interagem.
- V. Hannah Arendt, ao refletir sobre a trágica experiência dos totalitarismos do século XX, verificou que a política de supressão de nacionalidade alemã a grupos minoritários excluía as vítimas de toda a proteção jurídica com a privação das qualidades concretas do ser humano, reduzindo a dignidade humana a puro conceito. Arendt concluiu que a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos.

Estão corretas APENAS as afirmações:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, III e V.



85. Sobre os Programas Nacionais de Direitos Humanos, é correto afirmar:
- (A) Os Programas Nacionais de Direitos Humanos possuem força vinculante para as ações dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, bem como às ações estratégicas da Defensoria Pública de concretização das políticas públicas de promoção dos direitos humanos.
 - (B) O II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) lançou ações específicas referentes ao combate à impunidade e à violência policial, tendo obtido avanços, como a adoção de leis sobre o reconhecimento do próprio Estado da responsabilidade das mortes de pessoas desaparecidas em razão de participação política, transferência da justiça militar para a justiça comum dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares e a tipificação do crime de tortura.
 - (C) Os Programas Nacionais de Direitos Humanos contam com a articulação do governo federal com a sociedade civil para a elaboração da redação comum, reconhecendo-se, porém, o caráter governamental desses Programas, já que a sociedade civil colabora, mas não decide.
 - (D) O III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) causou ampla repercussão na mídia e em grupos de interesses contrários a determinadas ideias defendidas, gerando alterações no texto original, como, por exemplo, a posterior inclusão da mediação nos conflitos agrários como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares.
 - (E) No Brasil, a competência administrativa de realizar políticas públicas de implementação de direitos humanos é exclusiva da União, já que as obrigações de reparar os danos e prevenir condenações internacionais confirmam o interesse deste ente federativo para agir e estabelecer as ações estratégicas no plano interno.
87. Sobre a previsão na Constituição Federal dos direitos humanos e dos tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar:
- (A) A Constituição Federal estabelece que as propriedades urbanas e rurais de qualquer região do país onde for localizada a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
 - (B) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República e o Defensor Público-Geral Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderão suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
 - (C) A Constituição Federal dispõe expressamente que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a prevalência dos direitos humanos.
 - (D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como ocorreu recentemente com a Convenção Internacional sobre a proteção de direitos de todos os migrantes trabalhadores e membros de sua família.
 - (E) A Constituição Federal prevê que o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos, mas veda a submissão à jurisdição do Tribunal Penal Internacional por permitir a extradição de brasileiros.

Direitos Difusos e Coletivos

86. No tocante à interpretação e aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos, é INCORRETO afirmar:
- (A) As reservas à Convenção Americana de Direitos Humanos devem ser interpretadas restritivamente como diretriz hermenêutica do princípio da interpretação *pro homine*.
 - (B) O princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo é insuficiente nos *hard cases*, nos quais dois direitos de indivíduos distintos entram em conflito aparente, em decorrência da relatividade e coexistência dos direitos humanos.
 - (C) O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o intuito de tornar a interpretação dos direitos humanos mais aberta e plural, podem admitir a participação de *amicus curiae*.
 - (D) Nenhuma disposição do Pacto de San José da Costa Rica pode ser interpretada no sentido de excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo, como o direito de resistência e o direito de oposição a um governo injusto.
 - (E) A teoria da margem da apreciação é baseada na subsidiariedade da jurisdição internacional e ponderada pelo princípio da proporcionalidade, sendo esse instrumento de interpretação adotado frequentemente pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
88. Ao se deparar com a notícia de que os 1.000 veículos de um específico modelo produzidos por uma famosa marca italiana, vendidos por US\$1.000.000,00 cada, apresentavam um pequeno defeito no motor que comprometia seu rendimento em alta velocidade, um indivíduo encaminhou pedido à Defensoria Pública da Paraíba para que fossem tomadas providências para que se verificasse quantos desses veículos foram importados para o Brasil e, em caso positivo, que fosse intentada alguma medida para garantir o *recall*. Nessa situação, a melhor medida a ser adotada é
- (A) a instauração de inquérito civil para averiguar os fatos, pelo Defensor Público natural.
 - (B) o ajuizamento de ação civil pública na defesa do direito coletivo *stricto sensu* da coletividade dos consumidores que adquiriram o veículo.
 - (C) o arquivamento do pedido com encaminhamento das informações para os órgãos de proteção ao consumidor, para que possam adotar as providências cabíveis dentro de suas atribuições.
 - (D) o encaminhamento do pedido à Defensoria Pública da União, já que se trata de competência da Justiça Federal por envolver empresa sediada no exterior.
 - (E) o ajuizamento de ação cautelar preparatória da principal, requerendo informações sobre a efetiva importação de algum desses veículos para o Brasil, antes de qualquer outra providência.



89. Quanto à sentença, à coisa julgada e à execução nas ações coletivas é correto afirmar:

- (A) A sentença coletiva de procedência prolatada em processo ajuizado pela Defensoria Pública só pode ser executada individualmente pela Defensoria Pública, em favor dos necessitados, para indivíduos que não sejam necessitados não se beneficiem indevidamente de sua atuação.
- (B) Em razão da limitação territorial imposta pela Lei de Ação Civil Pública à coisa julgada, a sentença coletiva só produzirá efeitos na comarca em que foi prolatada.
- (C) A sentença que tratar de direitos difusos ou de direitos coletivos pode ser executada apenas coletivamente, enquanto que a sentença que tratar de direitos individuais homogêneos pode ser executada apenas individualmente, sem prejuízo, contudo, que uma mesma sentença cuide de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- (D) A execução individual da sentença coletiva pode ser intentada tanto no juízo sentenciante quanto no juízo do domicílio do exequente.
- (E) A sentença coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos deve ser genérica, enquanto que a sentença que tratar de direitos individuais homogêneos deve especificar o *quantum* indenizatório para cada vítima.

90. É um exemplo concreto de direito coletivo *stricto sensu*:

- (A) Contaminação da orla de João Pessoa por vazamento de óleo de navio petroleiro.
- (B) Suspensão do fornecimento de merenda em determinada escola estadual, por ato do Governador do Estado, por falta de recursos financeiros para nova licitação, prejudicando as crianças já matriculadas.
- (C) Suspensão dos festejos de São João em Campina Grande por determinação do Prefeito do Município em razão do lixo que se acumula em decorrência da festa.
- (D) Indenização das vítimas de acidente rodoviário em razão de abaloamento de ônibus de passageiro com veículo de passeio ocasionado pelas péssimas condições de manutenção de rodovia federal.
- (E) Suspensão da coleta de lixo no município de Bayeux, em razão do término do contrato com a empresa responsável.

Princípios Institucionais de Defensoria Pública

91. Prisão em flagrante delito de Defensor Público do Estado da Paraíba é
- (A) ilegal, porque o Defensor Público possui imunidade, só sendo admitida sua prisão após condenação transitada em julgado.
 - (B) legal, devendo ocorrer a comunicação imediata do fato ao Defensor Público-Geral e o Defensor Público recolhido à prisão especial.
 - (C) ilegal, porque a imunidade do Defensor Público cede somente a partir da primeira decisão penal condenatória, prescindindo do trânsito em julgado.
 - (D) legal nos crimes dolosos contra a vida, porque no Tribunal do Júri a soberania dos veredictos torna a prisão em flagrante válida.
 - (E) ilegal também nos crimes dolosos contra a vida, porque somente o Tribunal de Justiça pode ordenar prisão de Defensor Público.
92. Em relação às terminologias "assistência judiciária gratuita" e "assistência jurídica integral e gratuita", é correto afirmar que
- (A) são terminologias sinônimas.
 - (B) são terminologias antônimas.
 - (C) "assistência judiciária" contém a "assistência jurídica".
 - (D) a declaração de pobreza para concessão de benefícios de "assistência judiciária gratuita" presume-se absoluta.
 - (E) "assistência judiciária gratuita" refere-se à assistência processual gratuita.
93. A independência funcional
- (A) é prerrogativa do cargo de Defensor Público.
 - (B) impede que o Defensor Público seja removido de suas funções.
 - (C) no exercício da atividade obriga o Defensor Público a prestar contas apenas à sua consciência.
 - (D) autoriza o Defensor Público a não patrocinar ação judicial quando inconveniente aos interesses da parte.
 - (E) cede frente às informações técnico-jurídicas dos Núcleos Especiais da Defensoria Pública.
94. Quanto ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, é correto afirmar:
- (A) A fixação de parâmetros mínimos para a atuação dos Defensores Públicos deve observar a independência funcional.
 - (B) É prescindível a observância do princípio da legalidade quando o Conselho Superior estiver exercendo o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública.
 - (C) O Conselho Superior pode destituir o Corregedor-Geral, sem proposta da Defensoria Pública Geral, quando houver concordância de mais de 2/3 de seus membros.
 - (D) O Ouvidor-Geral não é membro do Conselho Superior, porque a Ouvidoria Geral é órgão auxiliar.
 - (E) O Conselho Superior é legalmente considerado órgão auxiliar na organização da Defensoria Pública.



95. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O Corregedor-Geral, no exercício de correição, é competente para aconselhar o Defensor Público para que a solução jurídica do caso concreto seja a melhor para o destinatário do serviço público de assistência jurídica integral e gratuita.
- II. As despesas com a realização do exame de código genético (DNA), que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade, estão entre as isenções de assistência judiciária gratuita.
- III. É direito da pessoa que busca o atendimento da Defensoria Pública a revisão de sua pretensão no caso de recusa de atuação do Defensor Público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

96. A Lei Complementar nº 80/94 dispõe que é função institucional "impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução". (Redação dada pela Lei Complementar nº 132/09).

Considere o texto acima e analise as afirmativas a seguir.

- I. A Defensoria Pública Geral possui legitimidade exclusiva para tais medidas judiciais, uma vez que lhe cabe a representação judicial da Defensoria Pública.
- II. Os órgãos de execução, sem exclusão da Defensoria Pública Geral, possuem legitimidade para tais medidas judiciais, pois as garantias do cargo servem inclusive para neutralização de eventuais abusos de outros órgãos.
- III. Conquanto o dispositivo esteja na lista de funções institucionais, pode ser considerada uma prerrogativa institucional a consolidar a autonomia constitucional da Defensoria Pública.
- IV. "Qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução" admitiria, por exemplo, o interdito proibitório para garantir a inviolabilidade do local de trabalho do Defensor Público.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

97. A Lei Complementar Estadual nº 104, de 23 de maio de 2012,

- (A) nada menciona a respeito de uma Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.
- (B) determina a criação de Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba após quatro anos, contados de sua publicação.
- (C) extingue a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, prevista na Lei Complementar antecedente e expressamente revogada.
- (D) atribui ao Conselho Superior a regulamentação da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.
- (E) prescreve mandato de dois anos para o Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

98. "Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento".

No regime jurídico da Defensoria Pública, essa regra é legalmente classificada como

- (A) dever do cargo.
- (B) proibição do cargo.
- (C) prerrogativa do cargo.
- (D) direito do cargo.
- (E) garantia do cargo.

99. Quanto ao tema da Defensoria Pública na Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:

- I. A Lei Complementar nº 80/94 dispõe que a Defensoria Pública da União deve atuar com exclusividade nos Tribunais Superiores, refletindo a prevalência de competências da União sobre os Estados-membros no regime federalista brasileiro que está desenhado na Constituição Federal de 1988.
- II. A função institucional de representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos, confirma a Defensoria Pública como órgão destinado à defesa de direitos fundamentais, considerando não só a Constituição de 1988, mas o bloco que abrange tratados internacionais de direitos humanos e sua respectiva jurisprudência.
- III. Para assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais mesmo quando custodiadas pelo Estado, a Defensoria Pública necessita de autorização judicial para ingressar em estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, para que não haja violação de prerrogativas do Poder Executivo, desequilibrando o sistema de freios e contrapesos.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



100. Considere o seguinte excerto:

"a própria estrutura e organização do inquérito policial não preveem a participação da defesa na fase de investigação criminal realizada antes do ajuizamento do processo criminal, ficando sua condução a cargo de órgãos estatais tendencialmente acusatórios. O inquérito policial, na forma em que está disciplinado na legislação pátria, ainda sinaliza um modelo inquisitório, sob a justificativa de ser mera peça informativa, muito embora se constate, na prática, sua influência no convencimento do magistrado. (...) Por mais bem intencionados que sejam, os órgãos de investigação possuem a função de encontrar o acusado. A Polícia Judiciária muitas vezes persegue essa meta de maneira impulsiva – em alguns casos de formas extremas –, marcada pela necessidade de realizar, o quanto antes, o indiciamento de um indivíduo, quer para reduzir os casos não-resolvidos, quer para dar uma 'resposta à sociedade' a respeito da *notitia criminis*. (...) Por fim, os defensores, salvo aqueles pertencentes a grandes escritórios criminais, em regra não acompanham ou interferem nas diligências da fase pré-processual."

(YOKAICHIYA, Cristina Emy. *Investigação Criminal: ser e dever-ser*. In: RÉ, Aluísio Nunes Monti Ruggeri; REIS, Gustavo Augusto Soares dos. *Temas aprofundados da Defensoria Pública*, V. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 790-792)

O texto é um recorte da realidade de nosso direito processual penal na fase de investigação. Sobre este tema, é correto afirmar:

- (A) A prerrogativa de requisição do Defensor Público pode se conectar à função institucional de acompanhar inquérito policial, potencializando o reequilíbrio na investigação criminal na qual historicamente a defesa, quando interfere, costuma apresentar requerimentos, enquanto o Ministério Público requisições à autoridade policial.
- (B) A Lei Orgânica Nacional nº 80/94 impõe como função institucional acompanhar inquérito policial quando o preso não constituir advogado, o que veda o Defensor Público de realizar investigação fora do âmbito oficial de um inquérito policial.
- (C) A presença de elemento irrefutável de autoria delitiva contra o investigado desobriga o Defensor Público de acompanhar a investigação policial, porque tal função institucional está juridicamente condicionada à inocência do investigado.
- (D) A Defensoria Pública não pode impetrar *habeas corpus* ou ajuizar qualquer ação judicial na fase de investigação criminal, haja vista que sua função institucional é apenas acompanhar inquérito policial; o que impõe o desfecho do inquérito para que possa tomar medidas judiciais.
- (E) "Acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial" é função institucional que deve ser interpretada e praticada com moderação, pois a Constituição Federal garante direitos de suspeitos e investigados por meio da imparcialidade do Ministério Público.